



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação da empresa Verrino Coelho de Congressos e Capacitações Ltda, especializada em capacitações e eventos de ensino e desenvolvimento para servidores públicos, para capacitação de servidores públicos municipais em “Oficina de Construção dos Protocolos de Atendimentos do CRAS e do CREAS”, a ser realizada entre os dias 19 e 21 de outubro de 2026, modalidade on-line ao vivo, com carga horária de 12 (doze) horas-aula.

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Capacitação em “Oficina de Construção dos Protocolos de Atendimentos do CRAS e do CREAS”.	Serviço	5	350,00	1.750,00
Valor Total Estimado: R\$ 1.750,00 (mil setecentos e cinquenta reais).					

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 181, de 29 de setembro de 2023. O objeto desta contratação é classificado como comum pela legislação vigente (Lei 14.133/2021, Art. 6º, XIII), permitindo sua completa especificação através de parâmetros objetivos e padrões de mercado consolidados.

1.3. O prazo de execução desta contratação é de 19 a 21 de outubro de 2026, de forma improrrogável. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da assinatura do contrato.

1.3.1. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA JUSTIFICATIVA, DA FUNDAMENTAÇÃO E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social necessita promover a qualificação e o aperfeiçoamento contínuo dos profissionais que atuam na Política de Assistência Social, especialmente aqueles envolvidos na execução e organização dos serviços ofertados pelo CRAS e pela Proteção Social Especial. A necessidade da contratação decorre da importância de aprimorar os processos de trabalho relacionados à definição de procedimentos, responsabilidades e fluxos de atendimento entre a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, proporcionando maior organização, segurança técnica e padronização na atuação das equipes.

2.2. Nesse contexto, identificou-se a oportunidade de participação de 5 (cinco) servidores da Secretaria de Desenvolvimento Social no curso "Oficina de Construção dos Protocolos de Atendimento do CRAS e do CREAS", considerando a pertinência do conteúdo com as atividades desenvolvidas pelos profissionais. A participação dos servidores poderá contribuir para o fortalecimento dos processos de referência e contrarreferência, para a definição mais clara das atribuições dos serviços e para a melhoria da articulação entre as equipes.

2.3. Dessa forma, a contratação busca atender à necessidade de qualificação e Educação Permanente dos trabalhadores do SUAS, fortalecendo as equipes da



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná



Secretaria de Desenvolvimento Social e contribuindo para o aprimoramento da qualidade dos serviços socioassistenciais prestados à população.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

3.1. Trata-se de serviço comum, continuado, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21, Art. 74 – É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: *III – contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação e no caso, a letra f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal*, da qual fundamenta-se por se tratar de um serviço técnico profissional especializado, por possuir profissional de notória especialização no assunto e o serviço a ser prestado é de natureza singular.

3.2. A solução consiste na contratação de serviço comum de capacitação técnica compreendendo:

3.2.1. Participação no curso “Oficina de Construção dos Protocolos de Atendimentos do CRAS e do CREAS”;

3.2.2. Carga horária total de 12 (doze) horas-aula, distribuídas entre os dias 19 e 21 de outubro de 2026;

3.2.3. Disponibilização de conteúdo compatível com a temática da construção dos Protocolos de Atendimento do CRAS e do CREAS;

3.2.4. Abordagem de aspectos teóricos e práticos relacionados à temática;

3.2.5. Possibilidade de interação em tempo real com os instrutores e demais participantes;

3.2.6. Disponibilização de materiais didáticos e complementares, após o curso;

3.2.7. Acesso ao grupo exclusivo do curso no WhatsApp, com a presença da docente para suporte a dúvidas por 30 (trinta) dias;

3.2.8. Acesso a gravação do curso por tempo predeterminado;

3.2.9. Emissão de certificado de participação.

3.3. A capacitação será realizada na modalidade on-line ao vivo, sem necessidade de parcelamento da contratação, dado o caráter exclusivo do conteúdo ofertado.

3.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a administração contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. PESQUISA DE PREÇOS

4.1. O valor de R\$ 1.750,00 (mil setecentos e cinquenta reais) refere-se à inscrição de 05 (cinco) servidores, conforme cotação obtida junto à entidade promotora do curso, que detém exclusividade do conteúdo técnico e da metodologia.

4.2. No tocante ao preço, a Inexigibilidade de Licitação poderá ser aferida por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos ou outros meios igualmente inidôneos.

5. PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1. Em razão da forma como a solução é comercializada não é possível o parcelamento da contratação. O modelo de trabalho compreende a execução completa de todos os serviços pela empresa, o que torna inviável, tecnicamente, cogitar o parcelamento da contratação.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná



6. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS

6.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem ou serviço de luxo, conforme Decreto nº 181, de 29 de setembro de 2023. O objeto desta contratação é classificado como comum pela legislação vigente (Lei 14.133/2021, Art. 6º, XIII), permitindo sua completa especificação através de parâmetros objetivos e padrões de mercado consolidados.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Conteúdo Programático

- 7.1. Fundamentos dos Protocolos e Fluxos no SUAS;
- 7.2. Conceitos de protocolo, fluxo, rotina e procedimento;
- 7.3. Competências do CRAS e do CREAS;
- 7.4. Oficina de Construção do Protocolo de Atendimento do CRAS;
- 7.5. Atendimento técnico individual e familiar;
- 7.6. Construção do fluxograma do CRAS;
- 7.7. Oficina de Construção do Protocolo de Atendimento do CREAS;
- 7.8. Atendimento interdisciplinar;
- 7.9. Construção do fluxograma do CREAS.

Sustentabilidade

7.10. Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifiquem impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores.

7.11. A contratação será realizada na modalidade on-line, por meio do Google Meet, não sendo necessário o deslocamento dos servidores para outro município nem a utilização de estrutura física para a realização presencial do evento. Essa modalidade contribui para a redução de deslocamentos, da utilização de veículos, do consumo de combustíveis e dos demais recursos associados à realização presencial de capacitações. Além disso, o material pedagógico será disponibilizado em formato digital, reduzindo a necessidade de utilização de materiais impressos. Dessa forma, a solução apresenta aspectos favoráveis relacionados à sustentabilidade, especialmente pela realização remota da capacitação e pela utilização de materiais digitais.

Subcontratação

7.12. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

7.13. Não haverá exigência da garantia da contratação em si.

8. FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Os principais requisitos da contratação deverão considerar os seguintes aspectos:

- 8.1.1. Será necessário que a contratada cumpra os requisitos mínimos exigidos para sua contratação e assegurem o cumprimento dos compromissos firmados no Contrato em toda a sua vigência;
- 8.1.2. A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;
- 8.1.3. Será de responsabilidade integral da contratada a observância e o cumprimento da legislação e demais instrumentos normativos vigentes a respeito de



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná



relações trabalhistas, acidentes no trabalho, tributos, previdência social e, todas as demais disposições normativas que venham a incidir na execução do Contrato;

8.1.4. Em sujeição às normas técnicas, os serviços devem atender aos requisitos mínimos de utilidade e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competente;

8.1.5. Será de responsabilidade da contratada, o fornecimento integral de serviços, nos quantitativos estimados para a perfeita execução dos objetos.

8.2. O descumprimento das condições pactuadas poderá acarretar a aplicação de penalidades administrativas, conforme previsto na legislação vigente.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA

9.1. O serviço será executado on-line ao vivo nos dias **19, 20 e 21 de outubro de 2026**, conforme programação e conteúdo descrito.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços executados pela CONTRATADA.

10.3. Notificar o contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

10.4. Pagar ao contratado o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura do contratado, no que couber.

10.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

10.7. Cientificar a Procuradoria do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pelo contratado.

10.8. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando o contratado houver se beneficiado de eventuais preferências estabelecidas em lei.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

11.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Município, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando o Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos.

11.3. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

11.4. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no Contratante.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná



11.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 11.5.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 11.5.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 11.5.3. Certidões que comprovem a regularidade tributária perante as Fazendas;
- 11.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- 11.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

11.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Município.

11.7. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.8. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

11.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Além do previsto no Decreto municipal que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos, nesta contratação deverão ser observadas as seguintes regras.

12.2. O contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado, sendo que o Município poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o contratado designará outro para o exercício da atividade.

12.3. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

12.4. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, não podendo onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e edificações, sendo que inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

12.5. O fiscal do contrato deverá apresentar ao preposto do contratado a avaliação da execução do objeto ou se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná



12.6. O fiscal do contrato deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

12.7. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

12.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

13. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

13.1. O município através do Departamento de Finanças emitirá a Nota de Empenho/e ou Autorização de Fornecimento, descrevendo o objeto e valores, e o encaminhara ao contratado para que seja fornecido de acordo com as necessidades dos órgãos do Poder Público Municipal

13.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

13.3. No prazo de até 30 dias do adimplemento da parcela, o contratado deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

13.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

13.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

13.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

13.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas do contratado, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

14. FORMA DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, e mediante verificação da regularidade fiscal, observadas as disposições do Termo de Referência.

14.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

14.3. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da sua conta corrente, que deverá ser na instituição financeiro contratado pelo Município.

14.4. As notas fiscais devem ser emitidas em nome:

MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES

Rua Gaspar Martins, no 560, Centro

CEP 85940-202 - Quatro Pontes- PR



Município de Quatro Pontes

Estado do Paraná



CNPJ sob 0 no. 95.719.381/0001-70;

14.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante índice INPC.

15. DO REAJUSTAMENTO

15.1. Não haverá reajuste no presente objeto e contrato.

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

9002.8.244.0014.2.166	Bloco de Gestão do SUAS – IGD SUAS – Conta 9206-1
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
1936	Fonte de Recursos: Componente para Qualificação da Gestão (SUAS)
134	Despesa

17. DAS RETENÇÕES FISCAIS

17.1. A CONTRATANTE realizará as retenções do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos a qualquer título pelo ente público municipal, nos termos do Decreto Municipal nº 19, 2024 e da Instrução Normativa no. 1234/2012 da Receita Federal, a qual consolida o entendimento acerca da amplitude e efeitos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

17.2. Será aplicado a alíquota para retenção, conforme prevista na IN RFB no. 1234/2012, e atualizações posteriores, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal no. 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta Municipalidade.

17.3. As hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informados nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos da IN RFB no. 1234/2012.

17.4. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988. 16.5. Será aplicada a norma municipal no 19, de 2024 que regula a respeito da retenção de imposto de renda no pagamento aos fornecedores.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante e o Contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto Regulamentador, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.



Município de Quatro Pontes Estado do Paraná



Quatro Pontes-PR, 21 de setembro de 2026.

Jéssica Allievi Raimundo
Responsável pela Elaboração do Termo de Referência

Rua Gaspar Martins, 560 – Telefax (45) 3279-8100 – www.quatropontes.pr.gov.br – CEP 85.940-202 – Quatro Pontes -
Paraná

Documento: **TRCursoProtocoloAtendimentos.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Jessica Allievi Raimundo** em 24/09/2026 09:23.

Inserido ao protocolo **26.607.894-3** por: **Jessica Allievi Raimundo** em: 24/09/2026 09:21.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: